

“Não deve, não pode e não vai mudar”

Ministro da Fazenda fala durante seis horas e meia no Senado e agrada operadores econômicos

Luciana Otoni e
Sílvia Araújo/InvestNews
de Brasília e São Paulo

Os fundamentos das políticas fiscal e monetária, sustentadas pela realização de superávit primário e pela administração da taxa básica de juros (Selic) no controle da inflação, não serão alterados independentemente das pressões exercidas pelos diferentes setores da sociedade. Essa foi a principal mensagem transmitida pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, em depoimento, ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal.

Ao longo de uma sessão com seis horas e meia de duração, Palocci fez a defesa da meta de inflação de 5,5% e da realização do superávit primário de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB). Essa meta de superávit impõe ao setor público uma economia anual de R\$ 71,5 bilhões, em parte usados para garantir o pagamento de cerca de R\$ 138 bilhões de juros da dívida pública estimados para este ano.

A ida do ministro ao Senado aconteceu um dia depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pedir mais empenho e exposição do executivo federal, principalmente para prestar esclarecimentos sobre as políticas do governo. Além de Palocci, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, seguiu à risca as instruções do presidente e falou na reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Meirelles), em Lima, contribuindo para direcionar os negócios no mercado financeiro.

Segundo operadores, os investidores entenderam que Palocci foi firme em suas declarações e não deixou margens para constrangimentos diante dos senadores. Por ter falado o que o mercado queria ouvir — a política econômica “não deve, não pode e não vai mudar” — o dólar teve ontem baixa superior a 1%, o mercado de ações operou em forte alta e, no exterior, o C-Bond subiu e a taxa de risco recuou (*Ver matérias nas páginas B-1 e B-5*).

“Não chamamos os críticos de irresponsáveis, mas não podemos mudar de rota a todo momento”, afirmou Palocci. “Esse é um caminho duro, angustiante, mas é o único que leva à estabilidade de longo prazo”, acrescentou o ministro, ao admitir a possibilidade de que o modelo de ajuste escolhido seja lento em promover o crescimento e a criação de emprego. As explicações sobre o desempenho da economia foram dadas em um contexto de queda da popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do aumento do índice de desaprovção do governo.

Durante a sabatina, os senadores da oposição questionaram Palocci se não estaria faltando habilidade à equipe econômica em conduzir a economia neste ano, diferentemente de 2003 quando as reformas tributária e da Previdência foram aprovadas durante o processo de forte ajuste fiscal e monetário e após a crise financeira de 2002.

Palocci não abordou as dificuldades políticas provocadas pelo escândalo Waldomiro Diniz, tampou-

co mencionou desacertos entre ministros e divergências no núcleo do governo. Mas, citando a Lei de Falências, o spread bancário, o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e os marcos regulatórios para diferentes áreas de infra-estrutura, ele disse que a agenda de mudanças de 2004 é mais complexa e confusa que a agenda de reformas implementada no ano anterior.

Sem combustível para a oposição

Ao ser confrontado pelo senador Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA) sobre se as críticas feitas pelo vice-presidente, José Alencar, sobre a manutenção da Selic em 16,25% ao ano não refletem a divergências internas na administração federal, Palocci não forneceu combustível à oposição. “Valorizo as palavras do vice-presidente. Ele se preocupa com o crescimento, insiste na tese da responsabilidade fiscal e faz, também insistentemente, a proposta para que os juros baixem. Vejo isso como um sadio movimento para que a política monetária apreze seus objetivos”, disse. Neste ponto, no entanto, o ministro salientou que o País não pode incorrer no erro de queimar etapas e comprometer a estabilidade.

Partiu do líder do governo no Senado, senador Aloizio Mercadante

(PT/SP), porém, a mais contundente proposta apresentada ontem a Palocci. Citando o economista Edwin Truman, autor do livro “Inflation Targeting”, Mercadante advertiu que perseguir inflação inferior a 5% pode comprometer o crescimento do País. O senador disse que o debate sobre a meta de inflação para 2005 e 2006 deveria ser travado antes que o Conselho Monetário Nacional (CMN) decida, em junho, as metas para os próximos dois anos.

Neste aspecto, o ministro da Fazenda alinhavou dois pontos. Disse que os juros não podem ser reduzidos às custas do comprometimento fiscal e que a subjetiva variável “expectativa de inflação” é essencial no controle dos preços. “A expectativa (de inflação) é o coração do regime de metas”, ressaltou Palocci referindo-se ao percentual de 5,5% de inflação estipulado para este ano. Ele defendeu que os 5,5% devem ser perseguidos até que a “expectativa se torne um dado real de inflação”.

Palocci rebateu críticas de que o País enfrenta uma fase de pessimismo e buscou injetar ânimo na iniciativa privada citando a definição dos marcos regulatórios e a estabilidade. “Os empresários que investiram na hora do desequilíbrio não podem ser levados a dúvidas na hora do crescimento”, disse.



Antonio Palocci